

À imagem de Sarney

EMBORA o Presidente Sarney tenha conservado no Ministério mais nomes do que se imaginava, alguns até estranhos aos seus cálculos originais, a reforma parcial que hoje se encerra parece suficiente para imprimir à nova equipe de Governo características capazes de bem distingui-la da antecessora.

JÁ NÃO é, seguramente, o Ministério do Presidente Tancredo Neves, apesar dos muitos titulares mantidos ou remanejados nem o Ministério do marcante predomínio peemedebista na Aliança Democrática. Temos agora o Ministério Sarney, aqui e ali ainda fazendo concessões a pressões político-partidárias e regionais à sua volta mas refletindo, em maior dose, a decisão privativa, ou de última instância, do Presidente da República.

NÃO HÁ como duvidar, por outro lado, de que o segundo Ministério da Nova República surge reduzido na sua representação esquerdistas, particularmente pelo afastamento do Ministro da Justiça, Fernando Lyra, típica expressão do chamado "PMDB independente", onde se aglutinam as lideranças do partido desgostosas com o rumo considerado conservador do Governo. O Ministério Sarney traz o perfil do centrismo ideológico, da moderação política e do gradualismo econômico, quanto aberto às mudanças indispensáveis da plenitude democrática e da justiça social pacífica.

À LIAS, desde a nomeação do Ministro Dilson Funaro para o Ministério da Fazenda o Presidente José Sarney já estabeleceu a

sua marca pessoal no primeiro escalão do Executivo. O processo de fortalecimento do Ministro da Fazenda aprofundou a posição de comando do Presidente em relação aos seus altos auxiliares e as queixas dos Ministros Roberto Gurgamão, Pedro Simon, Fernando Lyra e outros demissionários se incumbiram de transmitir à opinião pública a alteração do estado de coisas. Na realidade, não era bem Dilson Funaro transformado em super-Ministro ou Primeiro-Ministro, e sim o Presidente Sarney ocupando através dele todo o domínio da política econômico-financeira e, a partir daí, o domínio do próprio Governo.

O PRESIDENTE poderia ter-se bastado na Operação Funaro. Impunha-se, entretanto, atribuir ao Ministério uma feição de homogeneidade, de articulação administrativa, de identificação conjunta e individual com o Governo, condições que visivelmente faltavam à equipe organizada no calor da transição política e sob o fogo da partilha partidária.

SARNEY fez questão de exigir adesão e lealdade dos novos Ministros, além dos requisitos da probidade e competência. É impossível entender o esquema presidencialista de Governo sem estreitos laços de confiança entre o Chefe do Governo e aqueles que o representam nos diversos setores do Poder Executivo. Ministros de comportamento dissidente, segundo diretrizes peculiares, criando dificuldades ao Presidente da República constituem algo de aberrante no sistema. Contrariam fundamentalmente a teoria e a prática do presidencialismo.

USANDO apenas armas discretas, inclusive a do silêncio, Sarney conseguiu podar as influências exógenas, tutelares, que faziam o Ministério parecer, muitas vezes, uma construção feudária. Os Presidentes do PMDB e do PFL foram ouvidos e puderam acompanhar de perto a escolha ou a confirmação de nomes, porém em tais termos que já ninguém dirá, por exemplo, que o Deputado Ulysses Guimarães tem poderes de patrono ou de árbitro no destino da administração federal de cípula. A figura da "eminência parada", do "condestável" etc. ficou devidamente arquivada, sem que Sarney precisasse extrapolar dos seus modos comedidos e cordiais.

NO PLANO qualitativo, a média do Ministério quase nada deixa a desejar. Trata-se de uma equipe composta até de algumas personalidades que, recentes na vida pública, garantem ao elenco de políticos veteranos e experientes o sangue novo por sua vez imprescindível ao bom funcionamento do organismo. A Nova República, felizmente, trouxe a preocupação de revalorizar o status ministerial, tão menosprezado por diversos chefes de Governo no passado próximo.

DENTRO do que era possível o Presidente Sarney levou a bom termo esse delicado trabalho de engenharia política. E se ao entrar em ação o mecanismo revelar defeitos, quem agora responde sozinho por sua montagem assume desde logo com a Nação o compromisso de corrigi-lo sem demora. Se de pouco valeram as pressões para a constituição do Ministério, menos ainda deverão valer na hora dos reparos.